



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

TERMO DE REFERÊNCIA Contratação de serviços

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

- 1.1. A contratação de empresa prestadora de serviço de transporte fluvial, para atender as operações da Justiça Itinerante da Vara do Trabalho de Itacoatiara/AM, para realização de audiências, objetivando o transporte de servidores, magistrados e equipamentos eletrônicos aos municípios de Nova Olinda do Norte e Urucurituba, nos períodos de **22 a 26/04/2024** e **18 a 20/06/2024**, respectivamente.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte fluvial, para atender as operações da Justiça Itinerante da Vara do Trabalho de Itacoatiara/AM, para realização de audiências, objetivando o transporte de servidores, magistrados e equipamentos eletrônicos ao município de Nova Olinda do Norte, no período de 22 a 26/04/2024 .	Und.	01
2	Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte fluvial, para atender as operações da Justiça Itinerante da Vara do Trabalho de Itacoatiara/AM, para realização de audiências, objetivando o transporte de servidores, magistrados e equipamentos eletrônicos aos municípios de Urucurituba, no período de 18 a 20/06/2024 .	Und.	01

- 1.2. No caso de eventuais dúvidas acerca de qualquer das partes do Termo de Referência, os interessados poderão contatar a unidade requisitante por meio dos telefones: (92) 3621-7301 ou pelo e-mail: vara.itacoatiara@trt11.jus.br.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação compreende o período que vai da adjudicação do objeto à entrega definitiva do bem.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Amazonas é um Estado de proporções continentais e mundialmente reconhecido pelas suas densas florestas e inúmeros rios. Essas características, bem como outras, além de contribuírem para o clima, diversidade da região, etc., também são relevantes para implementação de políticas públicas, principalmente no interior do Estado e que podem atingir diretamente a população.

O Poder Judiciário exerce uma das funções essenciais do Estado, a função jurisdicional, pela qual o Estado resolve litígios. A Justiça do Trabalho objetiva por termo ao conflito trabalhista de natureza individual ou coletiva.

Assim, a **Justiça Itinerante** se configurou ao longo dos anos e dentro do elenco de suas competências dever institucional voltados para o atendimento de segmentos populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade, falta de informações, precário ou sem acesso aos serviços públicos essenciais, situados em longínquas localidades, acessíveis apenas por rios.

Há de se ressaltar que a itinerância atinge localidades que são visitadas pela Justiça do Trabalho Itinerante apenas uma vez por ano, esclarecendo que não houve em 2020 e 2021 itinerâncias para os municípios de Silves, Itapiranga, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Urucará e Nova Olinda do Norte, em virtude da Pandemia do COVID-19, que impactou o mundo todo com isolamento social, o que gera compreensível expectativa por parte da população desses municípios, visto que a Justiça do trabalho traduz alto grau de confiabilidade perante a sociedade local, fazendo-se necessário o atendimento aos jurisdicionados.

Nesse contexto, a justificativa do presente Termo de Referência reduz/elimina os custos de alimentação e hospedagem dos interioranos, ribeirinhos que teriam de se deslocar até a cidade de Itacoatiara, além de permitir que o jurisdicionado fale direto com o juiz, sem a intervenção de terceiros.

Além disso, cumpre informar que, se faz necessário o fretamento de lancha expressa, mediante licitação, para o descolamento da equipe da Justiça Itinerante ao município de Urucurituba, porque o serviço regular de transporte para esse município é prestado por pessoas que são partes reclamante e reclamado nos autos de um processo que tramita nesta Vara, que foi instruído e julgado por esta unidade jurisdicional. Portanto, ante a necessidade de se resguardar a segurança e a integridade física/moral dos integrantes da Vara do Trabalho, inclusive do magistrado, justificasse a presente solicitação de fretamento de lancha expressa, mediante licitação.

Noutro giro, urge destacar a necessidade ainda de fretamento de lancha expressa, mediante licitação, para o descolamento da equipe da Justiça Itinerante ao município de Nova Olinda do Norte, haja vista a inexistência de serviço regular de transporte por lancha expressa para esse município. Portanto, ante a inexistência de serviço regular de transporte por lancha expressa para esse município, justificasse a presente solicitação de fretamento de lancha expressa, mediante licitação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Por fim, tem-se que será designada uma Comissão composta por servidores do quadro que efetuará a análise e escolha da empresa que executará o serviço de transporte fluvial na Itinerância da Vara do Trabalho de Itacoatiara/AM.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços objetos do presente termo de referência classificam-se como serviços de natureza comum, conforme definido nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A aquisição do objeto deste Termo de Referência dar-se-á mediante dispensa eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

3.3. No presente caso, a adjudicação será por grupo, haja vista que os itens estão intrinsecamente ligados e são componentes de uma única solução, a qual não pode ser desmembrada sem que haja risco de perda de produtividade, padronização e economia de escala.

4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.1. Em atenção ao art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e na Resolução CSJT nº 103, de 25 de maio de 2012, tratando o objeto de prestação de serviços comuns, deverão as empresas contratadas adotar as práticas de sustentabilidade exigidas nos incisos I a VIII, do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

5. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL

5.1. O presente documento tem por objeto a contratação de empresa para executar o serviço de transporte com segurança, através de **lancha rápida**, adequados à quantidade de servidores, magistrados, bem como, dos equipamentos necessários a realização das tomadas de reclamações e audiências.

5.2. A lancha rápida sairá do município de Itacoatiara/AM até cidade de Nova Olinda do Norte/AM e Itacoatiara/AM até cidade de Urucurituba/AM, conforme os períodos e viagens a seguir discriminados:

PERCURSO	PERÍODO DE DESLOCAMENTO	NÚMERO DE INTEGRANTES
ITACOATIARA – NOVA OLINDA DO NORTE – ITACOATIARA	22 a 26/04/2024	4
ITACOATIARA – URUCURITUBA - ITACOATIARA	18 a 20/06/2024	4



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

5.3. A embarcação deverá ser do tipo lancha ou motorboat, em 8 metros de comprimento e largura de 2 metros (boca), capacidade mínima de 20 passageiros sentados, com poltronas acolchoadas de 2 lugares cada uma, com cobertura em alumínio com forro em pvc, com motor de popa de no mínimo 150HP, devendo a lancha ficar a disposição da equipe de itinerância no período supramencionado.

5.3.1. A embarcação deverá ficar a disposição da equipe de itinerância no período supramencionado;

5.3.2. A embarcação deverá atender aos critérios de acessibilidade com segurança e autonomia às pessoas com deficiência, nos termos do Decreto nº 5.296/04, regulamentado pelas Portarias Inmetro nº 139 e 274/2012; Norma ABNT NBR 15450; e 230/2016, do CNJ.

5.4. A embarcação deverá vir acompanhada de **02 (dois) tripulantes**, o piloto e o auxiliar, sendo os mesmos de responsabilidade da Contratada.

5.5. Os custos necessários aos transportes e viagens deverão ser executados por empresas qualificadas e especializadas em transporte fluvial.

5.6. Havendo motivos que impossibilitem o cumprimento do transporte no tempo determinado, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, ao fiscal do contrato, com as devidas justificativas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência do fato impeditivo, ficando ciente que o silêncio implicará nas sanções legais vigentes.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 O objeto da contratação deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do instrumento contratual (Carta-Contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, termo de contrato ou outros listados no art. 95, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), no horário compreendido entre as 7h30 e às 14h30, na Secretaria de Administração do TRT11, localizada na Av. Tefé nº 930, bairro Praça 14 de Janeiro, prédio Anexo Administrativo, 1º andar, CEP 69020-130, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas – Telefones: (92) 3621-7208 / 3621-7309. E-mail: sec.administrativa@trt11.jus.br.

6.2. Recebimento Provisório

6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo **fiscal do contrato**, que verificará sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sendo o **recebimento provisório efetivado mediante recibo**, na forma do art. 140 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias), a contar da notificação da CONTRATADA e às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Recebimento Definitivo

6.4.1. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da forma e as condições da prestação do serviço, e consequente aceitação mediante **termo circunstanciado**.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

6.4.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 7.4.1 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.8. Responsabilizar-se pelas despesas com tributos, encargos fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.9. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura danificados em decorrência do manuseio dos bens a serem transportados, sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços.

7.10. Reparar, corrigir, reconstituir ou indenizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de notificação, os danos causados aos bens transportados. A indenização deverá ser paga diretamente ao TRT da 11ª Região por meio de GRU ou por meio da substituição do bem danificado por outro igual. Em ambos os casos esta providência deverá ser ratificada, por escrito, por servidor responsável pela fiscalização dos serviços.

7.11. Proporcionar todos os equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra qualificada, necessários à fiel execução dos serviços contratados.

7.12. Dar ciência ao servidor responsável pela fiscalização dos serviços, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Acatar todas as orientações do TRT da 11ª Região, sujeitando-se a mais ampla fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados, cujas reclamações se obriga a apresentar as informações necessárias e conseqüentemente atendê-las na maior brevidade possível.

7.13. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o TRT da 11ª Região, em razão de acidentes, ação ou omissão dolosa ou culposa, de prepostos da empresa ou de quem em seu nome agir.

7.14. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do TRT da 11ª Região não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade pela má execução dos serviços contratados.

7.15. Entregar, ao CONTRATANTE, uma via da relação dos bens a serem transportados, devidamente visados pela autoridade responsável.

7.16. Apresentar apólices de seguro referentes ao seguro obrigatório de do transportador e ao Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil Transportador por Desaparecimento de Carga, e outros, se for o caso.

7.17. Atender ao chamado do CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da solicitação.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seu anexo;
- 8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar, por meio de fiscal do contratado designado pela autoridade competente, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- 8.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo de contrato resultante do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.7. Verificar a regularidade dos encargos sociais por ocasião do pagamento.
- 8.8. Designar servidor de seu Quadro para acompanhar/fiscalizar a execução serviços.
- 8.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida subcontratação de terceiro para fornecimento do objeto licitado.



10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou em outra pessoa jurídica, desde que:

10.2. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

10.3. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato nem haja prejuízo à execução do objeto pactuado, bem como anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

11.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de bens ou serviços especiais poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e art. 120 da Lei nº 14.133/ 2021.

12.2.1. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.2.2. Atuarão como gestores e fiscais do contrato os servidores:

_____ (gestor);
_____ (gestor substituto);
_____ (fiscal);
_____ (fiscal substituto).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

13.DO PAGAMENTO

13.1. Em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, o pagamento será realizado, mediante ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando aposto o atesto, confirmando a execução do objeto do contrato.

13.3. A nota fiscal ou fatura será obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA no SICAF, serão tomadas as seguintes medidas:

13.4.1. Advertência da CONTRATADA, por escrito, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

13.4.2. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE;

13.4.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

13.4.5. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

13.4.6. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF;

13.4.7. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

13.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7. Antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatando-se a irregularidade da CONTRATADA no SICAF, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, conforme previsão em 13.3.1 e 13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.10. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

(TX) TX = Percentual da taxa anual = 6%

14.DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IGP-M/FGV, correspondente exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



15.GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. É exigida a garantia mínima de 1 (um) ano, contado da efetiva prestação dos serviços.
15.2. Prevalece a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior ao estabelecido no item anterior.

16.SANÇÃO

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos do art.155 da Lei nº14,133/2021, a contratada que:
- 16.1.1. Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.3. Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
- 16.4. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objetos em motive justificado;
- 16.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 16.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.6.1. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.6.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.6.3. praticar ato lesivo previsto no [art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 16.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.8. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.9. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$50,00 (cinquenta reais);
- 16.10. Multa compensatória de 20%(vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.10.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.10.2. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.10.3. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União como consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.11. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem16.1 deste Termo de Referência.
- 16.11.1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcira Contratante pelos prejuízos causados;

16.12. As sanções previstas nos subitens 16.2.1,16.2.5,16.2.6e16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art.156,III e IV da Lei nº14.133, de2021,as empresas ou profissionais que:

16.13.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.13.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.13.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-à em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº9.784, de 1999.

16.15. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.16. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.17. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.21. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.22. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. Os recursos financeiros para atender à despesa com a aquisição do objeto encontram-se previstos na FONTE: _____, PETRES: _____, UG: 080002, PROGRAMA DE TRABALHO:_____.

Manaus, 29 de fevereiro de 2024.

Bruno Sousa de Lima
Diretor de Secretaria
Vara do Trabalho de Itacoatiara
Responsável pela Unidade Requisitante